

RESENHAS DE LIVROS

Montgomery Furth - *Substance, Form and Psyche: an Aristotelian Metaphysics*.
Cambridge University Press, Cambridge 1988, 284p.

No início do século, Werner Jaeger teve de reabilitar o *De Motu Animalium* como obra autêntica, defendendo a existência de uma doutrina do pneuma no aristotelismo¹; hoje, o *De Motu Animalium* é uma referência obrigatória no estudo do movimento e da ação². Os tempos mudaram; estudos recentes estabeleceram definitivamente o interesse pela leitura das obras biológicas de Aristóteles. Duas obras tiveram um papel destacado nesta mudança: a edição comentada de D. M. Balme do *De Partibus Animalium I* e do *De Generatione Animalium I* (com passagens de II.1-3), editada na *Clarendon Aristotle Series* em 1972, e o estudo de P. Pellegrin sobre *La Classification des animaux chez Aristote: statut de la biologie et unité de l'aristotélisme* (Paris 1982). Duas coletâneas importantes devem ser mencionadas, pois consolidaram esta área de estudos: a de Gotthelf e Lennox (*Philosophical Issues in Aristotle's Biology*, Cambridge 1987) e a de Devereux e Pellegrin (*Biologie, Logique et Métaphysique chez Aristote*, Paris 1990).

Os estudos sobre a biologia tiveram um efeito salutar sobre velhas questões. Balme mostrou definitivamente, por exemplo, que a disputada doutrina do $\nu\omicron\upsilon\varsigma$ $\theta\upsilon\rho\alpha\theta\epsilon\nu$ deve ser discutida e interpretada dentro da análise aristotélica da embriologia. Isto não invalida, por si só, a tese que o intelecto viria de fora a título de causa primeira ou divina, como queria Alexandre de Afrodísia, mas, pelo menos, recentra a discussão nos termos em que fora posta por Aristóteles e revela a importância dos comentadores na formação de algumas peças do que se convencionou chamar de aristotelismo. Poderia citar ainda muitos outros méritos destes estudos, mas quero aqui analisar uma obra que, fundada nos trabalhos mais recentes da biologia de Aristóteles, pretende estudá-la numa "base mais específica e de um ponto de vista mais sistemático e teoricamente orientado do que qualquer outra obra até agora" (pg.5). Em suma: de modo mais radical. Refiro-me a Montgomery Furth e sua *Substance, Form and Psyche: an Aristotelian Metaphysics*, editada em 1988 pela Cambridge University Press. O ensaio é ambicioso e deveras impressionante; não é assim de estranhar que já tenha feito

(1) Jaeger, W. *Das Pneuma im Lykeion*. Hermes 1913 48 pp.29-74.

(2) Além da edição do próprio Jaeger na coleção Teubner (*De Animalium Motione*, Leipzig 1913), ver sobretudo a edição comentada de Martha Nussbaum (*Aristotle's De Motu Animalium*, Princeton 1978).

escola³. No entanto, ao querer ser mais rigoroso e apresentar a metafísica aristotélica como radicalmente fundada na análise biológica, Furth leva ao paroxismo esta linha de interpretação e, *eo ipso*, nos permite ver os limites de tal empreitada. O livro seguramente contém análises importantes e elucidativas da obra aristotélica que por si só justificam sua leitura. Concentrarei minha atenção, porém, no que considero ser o cerne de sua tentativa, que, quer-me parecer, é problemática na medida mesma em que se apresenta como fundada numa “base mais específica e de um ponto de vista mais sistemático e teoricamente orientado do que qualquer outra obra até agora”.

A tese de Furth apresenta-se inicialmente articulando a passagem das *Categorias* à *Metafísica*. Todos sabemos que a noção de substância primeira apresentada nas *Categorias* sofrerá uma drástica modificação na *Metafísica*. Nas *Categorias*, a substância primeira é o indivíduo; Furth vê neste texto uma doutrina atômica da substância. Além da substância primeira, há ainda dois outros tipos de $\delta\upsilon\tau\alpha$ últimos e irredutivelmente atômicos: as não-substâncias individuais (como o palor de Sócrates) e as formas específicas completamente determinadas, que, embora “pluralizem ao serem ditas das substâncias individuais como espécimes, não se relacionam com elas como gênero (menos determinado) com espécie (mais determinado); não são mais divididas por *differentiae* e são também, por conseguinte, neste sentido, atômicas” (p.46). Pode-se deixar de lado esta sofisticação, pois, de qualquer modo, na *Metafísica*, “de longe a mais importante diferença entre as teorias, uma diferença da qual muitas e variadas consequências decorrem, é a inteira ausência nas *Categorias*, e a presença conspícua na *Metafísica*, da idéia de matéria e o corolário que as substâncias individuais não são mais, como nas *Categorias*, simples, metodologicamente ‘atômicas’ e opacas, mas são ‘compostos’ (*syntheta*), constituídos ou formados de forma e matéria” (p.50). Como ele próprio insiste, a passagem das *Categorias* à *Metafísica* pode ser vista como esta transformação na qual “o homem individual não é mais ‘atômico’, mas um complexo, um *sunolon*, composto (*sunistamenon*) a partir da matéria pela forma” (p.185); mais ainda, “esta relocação da substância ‘primária’, do indivíduo à forma, obviamente não causa surpresa a nós, adeptos da análise biológica da morfologia e morfogênese” (p.186). Pode ser verdade; no entanto, tudo isto não deixa de causar espanto ao filósofo. Com efeito, se o atomismo das *Categorias* é definido deste modo em oposição à substância composta da *Metafísica*, é difícil ver em que sentido se poderia ainda falar de predicação nas *Categorias*, em que sentido a substância segunda seria dita da substância primeira (a não ser como forma), em que sentido se poderia falar de inerência (a não ser que certos predicados estejam em sua matéria). As *Categorias* não estão em nada interessadas na análise da natureza da substância

(ou da possibilidade do movimento), elas analisam como esta natureza se repercute na estrutura lógica da predicação; mas isto não só não é incompatível, como parece requerer a natureza composta da substância individual. Em Z3 1029^a7-10, Aristóteles parece aludir a isto ao escrever que “foi dito *grosso modo* o que pode ser a substância, o que não é dito de um sujeito mas do qual todo o resto é dito; mas não se deve dizer somente isto; com efeito, não é suficiente, pois não é claro e, ainda, a matéria torna-se substância por este critério”. A referência às *Categorias* é evidente; na doutrina da substância, feita pela *Metafísica*, é preciso, porém, investigar a natureza do que está por sujeito de toda predicação, o que não cabia antes fazer.

Furth concebe a relação entre as *Categorias* e a *Metafísica* a exemplo de um molde menor que, sem mostrar todos os detalhes, permite já entrever a obra maior, que, no entanto, será distinta. Do atomismo à substância composta, passa-se por uma complexificação de uma mesma doutrina. E a mola mestra desta complexificação reside em que as substâncias materiais mais plausíveis para Aristóteles são os seres vivos (animais e plantas), o que justamente leva Aristóteles não somente a distinguir entre matéria (corpo) e forma (alma), como também a postular agora que a substância primeira é a forma, que permanece eterna e a mesma para além dos indivíduos de uma espécie determinada, e não mais, como queriam as *Categorias*, o indivíduo, que reproduz em sua particularidade a espécie a que pertence. Com isto Aristóteles estaria resolvendo ao mesmo tempo o que Furth chama de “problema populacional” (isto é, saber quais substâncias existem, para o qual sua resposta seria: propriamente os seres vivos, mas, em função deles, derivadamente, também os órgãos que compõem seus corpos, os corpos naturais que compõem os órgãos e assim até os últimos elementos físicos), o problema da persistência (por que tais coisas permanecem o que são e não se desintegram nos elementos últimos que as compõem, visto que deveriam se dissociar, não houvesse algo que as mantivesse unidas - em última instância, a alma, forma do corpo) e propondo uma escala do seres da natureza que se organizaria nos seguintes níveis: (i) os corpos simples, (ii) os corpos compostos de corpos simples, (iii) as partes uniformes dos animais (como o sangue), (iv) partes uniformes/não-uniformes (como coração e vísceras), (v) os órgãos dos seres e vivos e, finalmente, (vi) os organismos vivos completos, “o este ou aquele indivíduo” (p.83) que propriamente satisfaz ao critério geral da substancialidade, a saber, “isto determinado” (τόδε τι). Assim, “o conceito filosófico de forma substancial deve ser basicamente visto como uma *invenção*” (p.71) cuja intuito básico era compreender a unidade e complexidade dos objetos biológicos, que depois se estenderia a todo o domínio da natureza, que justamente ele organiza na escala ôntica apresentada.

Assim concebida a estratégia de Aristóteles, Furth se prepara para uma análise do livro Z. Não quero comentar em detalhes esta análise, que é bastante complexa. Limito-me a uma observação. A tese de Furth pretende revelar toda a verdade da forma (εἶδος), substância primeira, a partir da análise da espécie (εἶδος) biológica, a substância propriamente dita, segundo sua

interpretação. A relação entre uma e outra foi sempre reconhecida, visto estar na superfície mesma do termo, que é o mesmo para ambas. Agora, para seu esquema funcionar, Furth precisa desqualificar as substâncias inorgânicas como propriamente substâncias em benefício unicamente dos seres vivos, privilegiadamente substâncias, a fim de mostrar que é somente a partir delas que aquelas ganham alguma substancialidade. Ora, quando diz o que conta como substância (portanto, quando se refere ao problema populacional de Furth), Aristóteles escreve que “a substância parece pertencer de modo mais evidente aos corpos (é por isso que dizemos serem substâncias os animais, as plantas e suas partes, bem como os corpos naturais, como fogo, água e terra e cada um de tais elementos, e tudo o que é ou parte ou composto deles, ou de uns ou de todos, como o céu e suas partes, as estrelas, a lua, o sol)” (*Met.* Z 2 1028b8-13; mesma resposta em H 1 1042^a7-11; cf. *De Anima* II 1 412^a11-13: “parece sobretudo serem substâncias os corpos, e destes os corpos naturais, pois estes são princípios dos outros <os artefatos>; dos corpos naturais, uns têm vida, outros não”). Nada indica aqui que os seres vivos tenham o privilégio que Furth quer-lhes atribuir. Furth, a despeito “de algumas sugestões em sentido contrário que são encontradas no texto <da *Metafísica*>” (p.51), sustenta que aquilo que não responde às características do ser vivo não deve ser contado propriamente como substância. Isto se aplica particularmente (de fato, não somente, pois vai até o nível v) aos elementos ou “corpos simples”. A razão é que Furth tem uma passagem, que ele cita várias vezes, Z 16 1040b5-10, que parece negar aos corpos simples (assim como aos órgãos, nível v de sua escala da natureza) o ser substância, o que lhe permite estabelecer sua tese. A passagem, porém, é menos evidente do que parece à primeira vista. Cito inicialmente a tradução de Ross para a edição de Oxford, que Furth adota: “evidently even of the things that are thought to be substances, most are only potencies, - both the parts of animals (for none of them exists separately; and when they are separated, then too they exist, all of them, merely as matter) and earth and fire and air; for none of them is a unity, but as it were a mere heap, till they are worked up and some unity is made out of them” (cf. p.51; a *ROT* dá um texto ligeiramente modificado, mas com o mesmo sentido). Ross incorpora na tradução sua pontuação própria, pois lê a passagem comparando-a com 1028b9 a fim de coordenar “partes dos seres vivos” com “terra, fogo, ar”. É tudo de que Furth precisa: a maior parte das ditas substâncias (da lista de Z2) não são substâncias; aos corpos simples é expressamente negado serem substâncias e, finalmente, é fortemente sugerido que somente corpos organizados (seres vivos) são substâncias (o que lhe permite negar aos níveis i-ii-iii-iv-v o ser substância). Esta é a tese de Furth nas palavras de Aristóteles. A afirmação, no entanto, é surpreendente, pois recusa aos elementos (ou corpos simples) ser substância, o que, em outros textos, lhes é atribuído sem problemas, assim como para a maior parte do que está citado em Z2, que normalmente são considerados como substâncias. Em grego, o texto é o seguinte: φανερόν δὲ ὅτι καὶ τῶν δοκουσῶν εἶναι οὐσιῶν αἱ πλείστα δύναμεις εἰσί, τὰ τε μόρια τῶν ζώων (οὐθὲν γὰρ κεχωρισμένον αὐτῶν ἐστίν· ὅταν δὲ χωρισθῆ, καὶ τότε ὄντα ὡς ὕλη

πάντα) καὶ γῆ καὶ πῦρ καὶ ἀήρ· οὐδὲν γὰρ αὐτῶν ἓν ἐστίν, ἀλλ' ὅσον σωρός, πρὶν ἢ πεφθῆ καὶ γένηται τι ἐξ αὐτῶν ἓν. Ps.-Alexandre e Bonitz estavam certos, creio eu, ao ligar καὶ γῆ καὶ πῦρ καὶ ἀήρ a ὡς ὕλη πάντα e não a τὰ τε μέρη τῶν ζώων, como pretendia Ross. A dificuldade da frase consiste no fato que a uma litotes segue-se um anacoluto. A boa tradução é, creio eu, a seguinte: “é evidente que, entre as coisas que parece serem substâncias [referência à passagem de Z2], a maior parte são potências [litotes], <quero dizer> as partes dos animais [anacoluto] (com efeito, nenhuma delas existe separadamente, e, quando há separação, então todas são substâncias como matéria: terra, fogo, ar), pois nenhuma delas é uma unidade, mas são como um amontoado antes que sejam elaboradas e formem algo uno”. Primeiro, há uma litotes: “a maior parte” significa que “todas” as partes dos corpos não são substâncias quando separadas dos corpos (a razão é simples: um órgão é definido segundo a função que desempenha no corpo; uma vez separado, ele não pode cumprir sua função, e é doutrina aristotélica bem estabelecida que um órgão separado é dito tal órgão somente por homonímia; por exemplo, um olho separado é somente um olho por homonímia). Segundo, há um anacoluto: a maior parte, isto é, todas *as partes dos animais* não são substâncias (isto explica o τε; ele não precisa ser ligado a nada, pois meramente figura como partícula do sintagma em anacoluto, exprimindo a parataxe de seus elementos). Terceiro, o que o texto diz é que as partes dos corpos (que na lista de Z2 eram consideradas substâncias) não são substâncias como tais (isto é, como olho ou coração ou braço) quando estão separadas (não podendo exercer suas funções), pois então são substâncias somente como matéria, isto é, terra, ar, fogo (os elementos de que se compõem), até serem elaboradas no interior de um ser vivo. Retire um fígado de alguém; quando o tiver retirado, você não terá mais um fígado em suas mãos (o órgão), mas um amontoado de terra, água e ar (matéria remota do antigo fígado, que era matéria próxima do corpo que tem a vida em potência). Moral da história: Aristóteles não nega ser substância a maior parte do que figurava na lista de Z2, ele corrige um membro da lista dizendo que todas as partes dos corpos não são, enquanto tais, substâncias, pois não subsistem separadamente. Isto claramente colide com o que Furth quer. A mesma lição é tirada da continuação da passagem: Aristóteles assinala a seguir que todas as partes dos corpos são somente em potência tais partes quando separadas, mesmo no caso de partes que parece reagirem isoladamente quando seccionadas (experiência relatada também no *De Anima* I 4 409^a9). Trata-se de recusar às partes enquanto tais qualquer subsistência separada. O ponto é bem claro: da lista de Z2, deve-se retirar “as partes dos animais”, mas deixar todo o resto como está (pois, como escrevia Aristóteles, “parece sobretudo pertencerem à substância o ser separado e o ser algo determinado”, Z3 1029^a28).

Se é isto o que diz Z16, então é o momento de analisar uma outra tese aristotélica. Com efeito, para Aristóteles, uma parte de um corpo isolada não é esta parte senão equivocadamente; uma mão decepada é dita mão por homonímia. E o cadáver de um homem é também somente por homonímia o corpo de um homem. A razão é que o corpo humano é o corpo que tem a vida

em potência; ora, o cadáver não tem mais a vida em potência. Isto fez com que Bernard Williams distinguisse entre Corpo (constituído de tais elementos, que é, por exemplo, o cadáver de Sócrates) e corpo (que tem a vida em potência), por exemplo, o corpo de Sócrates⁴. B. Williams considerou esta duplicação uma complicação desnecessária, mas típica de um “materialismo polido”; Ackrill já tinha observado esta particularidade da definição aristotélica de alma⁵. Não quero discutir a correção ou não deste diagnóstico (a distinção entre matéria próxima e remota parece-me dissipá-lo); basta-me assinalar que esta suposta complicação parece ser antes parasitária da distinção entre forma e matéria quando aplicada ao ser vivo do que originária da análise do ser vivo que desapareceria quando aplicada aos seres inorgânicos. Isto sugere, mais uma vez, um caminho contrário ao seguido por Furth.

Levando ao paroxismo uma leitura biológica da metafísica (que ele chama de “bi-metafísica”), Furth acaba por fazer um leito de Procusto para o aristotelismo. Isto não invalida os muitos resultados positivos que a biologia traz à compreensão do sistema aristotélico, mas é uma clara advertência dos limites desta empreitada. Em suma, embora a obra de Furth contenha análises interessantes e elucidativas do pensamento de Aristóteles, a tese que guia seu trabalho deve ser manipulada com precaução.

Marco Zingano (UFRGS)

Giovanni Reale - *História da Filosofia Antiga, vol. II - Platão e Aristóteles e O Conceito de Filosofia Primeira e a Unidade da Metafísica de Aristóteles.*

As Edições Loyola publicaram a tradução brasileira dos cinco volumes da *Storia della filosofia antica* de Giovanni Reale, o que é um feito considerável no ambiente editorial brasileiro⁶. O quinto e último volume constitui-se de índices, léxico e bibliografia, que são muito úteis à pesquisa. A edição é bem cuidada, a tradução é esmerada. Pode-se talvez lamentar o

(4) Williams, B. Hylemorphism. *Oxford Studies in Ancient Philosophy* 4 1986 pp.189-99.

(5) Ackrill, J.L. Aristotle's Definition of *psuchê*, *Proceedings of the Aristotelian Society* 73 (1972-3), pp.119-33.

(6) REALE, G. *História da Filosofia Antiga*. Vol.I: *Das Origens a Sócrates* (trad. M. Perine, 1993); vol.II: *Platão e Aristóteles* (trad.H.C.Lima Vaz e M.Perine, 1994); vol.III: *Os Sistemas da Era Helenística* (trad. M. Perine, 1994); vol. IV: *As Escolas da Era Imperial* (trad.H.C. Lima Vaz e M.Perine); vol.V: *Léxico, Índices, Bibliografia* (trad. H.C.Lima Vaz e M.Perine, com colaboração de R.Radice, 1995), Edições Loyola, São Paulo.